

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)**Operação realizada com sucesso. Protocolo:**
3107718120210615173136**Processo 0800974-46.2020.8.23.0047** ☆ - **(267**
dia(s) em tramitação)**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário**Assunto Principal:** 4847 - Seguro**Nível de Sigilo:** Público**Selos:****Informações Gerais****Informações Adicionais****Partes****Movimentações****Apensamentos (0)****Vínculos (0)****Realces****Realçar**
Movimentos
de:☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro
MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência**Ocultar**
Movimentos:☐ Inválidos☐ Sem
Arquivo☐ Hab.
Provisória**Filtros****Movimentado Por:**☐ Advogado☐ Advogado NPJ☐ Entidades Remessa☐ Magistrado☐ Procurador☐ Servidor**Sequencial(Intervalo):** ao **Data do Movimento(Período):** à **Descrição:**

50 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 50

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	50	15/06/2021 17:31:36	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (01/06/2021)	Procurador
	50.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2755028IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de RALDENIR SILVA NASCIMENTO) em 11/06/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 45) JUNTADA DE LAUDO (01/06/2021) e ao evento de expedição seq. 46.	SISTEMA CNJ
49	12/06/2021 00:01:59		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 10/06/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 45) JUNTADA DE LAUDO (01/06/2021) e ao evento de expedição seq. 47.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
48	10/06/2021 14:44:11		Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 45) JUNTADA DE LAUDO (01/06/2021)	Rosiane Agápito do Nascimento
47	01/06/2021 12:47:46		Analista Judiciária
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de RALDENIR SILVA NASCIMENTO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 45) JUNTADA DE LAUDO (01/06/2021)	Rosiane Agápito do Nascimento
46	01/06/2021 12:47:46		Analista Judiciária
<input type="checkbox"/>	45	01/06/2021 12:47:29	Rosiane Agápito do Nascimento
		JUNTADA DE LAUDO	Analista Judiciária
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR

Processo n.º 08009744620208230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RALDENIR SILVA NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 14 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR